

ANÁLISE DOS PROGRAMAS
ELEITORAIS À LUZ DA
AGENDA 2030
PARA O
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



FICHA TÉCNICA



Título Análise dos Programas Eleitorais à luz da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Redação Pedro Krupenski

Design gráfico, paginação e impressão Plataforma Portuguesa das ONGD

Editor Plataforma Portuguesa das ONGD

Local de edição Lisboa

Data de edição Setembro de 2019

copyright © Plataforma Portuguesa das ONGD

DISCLAIMER

A elaboração deste relatório integra-se no projeto “Europa no Mundo - Make Europe Sustainable for All”, implementado em Portugal pela Plataforma Portuguesa das ONGD e a CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente.

O estudo foi realizado por Pedro Krupenski. As opiniões veiculadas no relatório são da sua responsabilidade, não exprimindo posições institucionais nem vinculando qualquer instituição.

O presente estudo não pretende estabelecer um ranking dos Partidos Políticos à luz da Agenda 2030 e dos seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nem tão pouco defender ou recomendar um programa eleitoral em detrimento de outro. Limitando-se a analisar os programas sob a ótica dos ODS procurou fazê-lo com toda a objetividade e independência.

Porque defendemos a igualdade de género como um valor intrínseco aos Direitos Humanos onde se lê “o” deve ler-se também “a” sempre que aplicável, de forma a garantir o respeito pela igualdade de género também na escrita.

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	5
OS DESAFIOS DE INTEGRAÇÃO DOS ODS NAS POLÍTICAS	6
O PRESENTE ESTUDO	6
A. Referências expressas à Agenda 2030 e/ou aos ODS nos Programas Eleitorais e implicações	8
B. Que lacunas existem nas abordagens propostas face a áreas essenciais de promoção do Desenvolvimento Sustentável?	12
C. Que referências ao papel de Portugal na promoção de um desenvolvimento sustentável a nível global (relações externas)?	15
D. Existem algumas contradições/incoerências entre diferentes propostas do mesmo Partido?	21
E. Existem propostas ligadas à promoção do diálogo com a Sociedade Civil?	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27

ACRÓNIMOS

APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
CE	Comissão Europeia
BE	Bloco de Esquerda
CDS - PP	Centro Democrático e Social – Partido Popular
CETA	Acordo Integral de Economia e Comércio
CPD	Coerência das Políticas para o Desenvolvimento
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EUA	Estados Unidos da América
JEFTA	Acordo de Parceria Económica entre União Europeia e Japão
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAN	Pessoas, Animais, Natureza
PCP	Partido Comunista Português
PEV	Partido Ecologista “Os Verdes”
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
PpDM	Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres
RNB	Rendimento Nacional Bruto
SOFID	Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento
TISA	Acordo sobre Comércio de Serviços
TTIP	Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento
UE	União Europeia

SUMÁRIO EXECUTIVO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados na Assembleia-geral da ONU de setembro de 2015, constituem a agenda global de desenvolvimento até 2030. Tendo sido concebida “por todos/as para todos/as”, todos os indivíduos e organizações, têm obrigação de se envolverem ativamente e à sua escala, na implementação dos ODS à escala individual, local, nacional, regional e internacional.

Os partidos políticos candidatos às eleições legislativas não podem, pois, deixar de fora os ODS nos seus programas eleitorais. O presente documento contém uma breve análise aos programas eleitorais na ótica dos ODS.

Procurando identificar as referências diretas e indiretas aos ODS nos programas eleitorais dos partidos que tiveram mais de 50 mil votos nas últimas eleições para o Parlamento Europeu (maio de 2019), não se pretende estabelecer qualquer ranking entre partidos e/ou recomendar voto num em detrimento de outro. Apenas se pretende informar, de forma objetiva e independente, em que medida e profundidade os partidos que se propõem governar Portugal na próxima legislatura estão alinhados com os ODS e suas metas

Os ODS mais referidos (ainda que, em quase todos os casos, indiretamente) são, por ordem decrescente o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições eficazes), o ODS 10 (Reduzir as Desigualdades) e, ao mesmo nível, o ODS 1 (Erradicar a pobreza) e o ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico).

Os ODS menos referidos (ainda que com contribuições extensas e inovadoras de alguns partidos) são os ODS 2 (Erradicar a Fome) e o ODS 14 (Proteger a Vida Marinha).

Com a ressalva de que só serão visíveis – se ocorrerem – na implementação das políticas, foram também analisadas as incoerências entre as políticas do mesmo partido na ótica dos ODS.

Por fim foram analisadas as referências às prioridades nas relações externas com outros países e povos e também as intenções de parceria com a Sociedade Civil.

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Na Assembleia-geral das Nações Unidas de 25 de setembro de 2015 foram aprovados, por 193 países, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que constituem a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Perante um mundo em profundas mudanças e a ineficácia na erradicação da pobreza dos objetivos seus antecessores (os ODM - Objetivos do Desenvolvimento do Milénio), os governos e os cidadãos e cidadãs de todo mundo definiram as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global a atingir até 2030.

Deste processo, resultaram 17 ODS, 169 metas e 230 indicadores globais. Os 17 ODS propugnam:

- 1. Erradicar a pobreza:** Erradicar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares;
- 2. Erradicar a fome:** Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável;
- 3. Saúde de qualidade:** Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o Bem-Estar para todas as pessoas em todas as idades;
- 4. Educação de qualidade:** Garantir acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas;
- 5. Igualdade de Género:** Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas;
- 6. Água potável e saneamento:** Garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água potável e do saneamento para todas as pessoas;
- 7. Energias renováveis e acessíveis:** Garantir acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todas as pessoas;
- 8. Trabalho digno e crescimento económico:** Promover o crescimento económico e inclusivo, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todas as pessoas;
- 9. Indústria, inovação e infraestruturas:** Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- 10. Reduzir as desigualdades:** Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países;
- 11. Cidades e Comunidades sustentáveis:** Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis;
- 12. Produção e Consumo Sustentáveis:** Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis;
- 13. Ação Climática:** Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e seus efeitos;
- 14. Proteger a vida marinha:** Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- 15. Proteger a vida terrestre:** Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade;
- 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes:** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todas as pessoas, construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis;
- 17. Parcerias para a implementação dos objetivos:** Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Assentes em 5 pilares (Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias) procuram garantir o equilíbrio e a horizontalidade entre os 3 eixos do desenvolvimento (económico, social e ambiental), condição base para um desenvolvimento sustentável que não ocorrerá perante a hegemonia de uma das dimensões; a estas, acresce a dimensão da igualdade entre mulheres e homens. Com efeito, não haverá desenvolvimento sustentável se a economia fruir à custa das pessoas e do planeta e não haverá prosperidade e bem-estar social sem a contribuição da economia e sem um planeta saudável.



Fonte: Nações Unidas.

A Agenda 2030 é uma verdadeira agenda global. É de todos/as para todas as pessoas. Todos e todas, à sua escala terão de mobilizar esforços para erradicar a pobreza nas suas diversas formas e dimensões, para criar as condições e oportunidades para uma vida digna para todas as pessoas, respeitando a finitude dos recursos naturais, a fragilidade da nossa casa comum, o Planeta Terra, e os direitos das gerações vindouras.

OS DESAFIOS DE INTEGRAÇÃO DOS ODS NAS POLÍTICAS

No discurso de apresentação dos ODS, na Assembleia-geral da ONU, o então Secretário-geral, Ban Ki-moon, batizou a Agenda 2030 como “uma Declaração de Interdependência”. Com efeito, o desenvolvimento sustentável, como articulado nesta Agenda, só será alcançado com o envolvimento e ação de todos e de todas. “Leave no one behind”. Ninguém ficou para trás na formulação dos ODS. Ninguém pode ficar para trás na sua implementação. Há, contudo, diferentes graus de responsabilidade e a dos governos (ou dos aspirantes a sê-lo) não podem ignorar a inclusão dos ODS na formulação das suas políticas (internas e externas) e na sua implementação.

O PRESENTE ESTUDO

Cientes do seu papel de contribuir ativamente para a implementação dos ODS mas também monitorizar e avaliar a medida em que decisores/as políticos/as o fazem ou não, as organizações que compõem o Fórum da Sociedade Civil para os ODS (*ver caixa*), no momento que antecipa as eleições legislativas de 6 de Outubro de 2019, decidiram escrutinar os programas eleitorais de alguns dos Partidos Políticos portugueses que se apresentarão a votos.

Foram analisados os programas eleitorais dos seguintes partidos: Partido Socialista (PS), O Partido Social Democrata (PSD), Partido Comunista Português (PCP), Bloco de Esquerda (BE), Centro Democrático e Social – Partido Popular (CDS-PP), Partido Ecologista os Verdes (PEV), Partido das Pessoas, Animais e Natureza (PAN), Partido LIVRE e Partido ALIANÇA.

Até à data de conclusão do presente documento (2 de setembro de 2019) todos os partidos, à exceção do PSD, apresentaram os respetivos programas eleitorais. O PSD apresentou apenas propostas temáticas setoriais que também foram tidas em conta na análise efetuada neste documento.

Os programas, muito distintos entre si quanto ao formato, à dimensão e abrangência, foram analisados com base nos seguintes critérios:

- A. Há neles referências expressas à Agenda 2030 e/ou aos ODS e que opções propõem que tenham implicações positivas e negativas na implementação dos ODS?
- B. Que lacunas existem nas abordagens propostas face a áreas essenciais de promoção do Desenvolvimento Sustentável?
- C. Que referências ao papel de Portugal na promoção de um desenvolvimento sustentável a nível global (relações externas)?
- D. Existem algumas contradições/incoerências entre diferentes propostas do mesmo Partido?
- E. Existem propostas ligadas à promoção do diálogo com a Sociedade Civil?

O presente estudo não pretende estabelecer um ranking dos Partidos Políticos à luz dos ODS nem tão pouco defender ou recomendar um programa eleitoral em detrimento de outro. Limitando-se a analisar os programas sob a ótica dos ODS, fá-lo com objetividade e independência.

CAIXA

O Fórum da Sociedade Civil para os ODS é composto Organizações da Sociedade Civil nacionais que trabalham em diferentes áreas e que têm nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável uma base comum de trabalho e colaboração.

Este Fórum, estando permanentemente aberto à participação de outras Organizações da Sociedade Civil, assume-se como um espaço de reflexão crítica sobre a Agenda 2030 e um instrumento de divulgação de atividades relacionadas com os ODS, promoção de parcerias e interligação com outras entidades, públicas, privadas, não-governamentais e da Academia.

É composto por:

Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

CNJ - Conselho Nacional de Juventude

Minha Terra – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local

CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente

ICOM - Conselho Internacional de Museus

PpDM - Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

Plataforma Portuguesa das ONGD.

A. Referências expressas à Agenda 2030 e/ou aos ODS nos Programas Eleitorais e implicações

Dos programas analisados, dois fazem referência direta e expressa à Agenda 2030: o do **PS**, ao propor-se: *“Apoiar o multilateralismo e o sistema das Nações Unidas, consolidando o protagonismo de Portugal nas organizações e agendas principais: (...) intervindo em todas as agendas multilaterais, da Paz e Segurança à Agenda 2030, da Agenda do Clima ao Pacto das Migrações, assumindo novas responsabilidades e concretizando as responsabilidades já assumidas”* e o do **PAN**, que contem diversas referências à Agenda 2030 e aos ODS, distribuídas pelas abordagens temáticas do seu programa, como por exemplo nas referências à Educação (**ODS 4 – Educação de Qualidade ou ao acesso a Habitação Digna e Acessível (ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis)**).

O programa eleitoral do **CDS-PP**, a propósito da Economia Azul, faz igualmente uma referência expressa a um ODS em específico (**ODS 14 – Proteger a Vida Marítima**) ao afirmar que *“(…) A Economia Azul foi pela primeira vez discutida na cimeira do “Rio +20” (UN), em 2012, tendo como protagonistas os países costeiros e as ilhas-Estado, aliás o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável ligado ao mar teve Portugal como principal impulsionador.”*

Nenhum outro dos programas analisados faz referência expressa e direta aos ODS embora, alguns apregoem um desenvolvimento sustentável como formulado na Agenda 2030 (equilíbrio necessário entre o desenvolvimento económico, o social e o ambiental). É o caso do **PEV** que adota uma conceção de desenvolvimento sustentável idêntico ao formulado na Agenda 2030 ao referir no seu programa que: *“A luta em defesa do Planeta ao qual chamamos “casa”, é a luta entre os que defendem*

modos de produção sustentáveis e os que exploram os recursos até à sua finitude para assegurar a apropriação da riqueza, sem se importarem com as consequências para o ambiente, para os animais, para a vida dos homens e mulheres.”

O **BE** também o faz ao propor-se *“combater a emergência climática com uma economia que responde a toda a gente”* e ao utilizar o mantra dos ODS: *“Não deixar ninguém para trás”*.

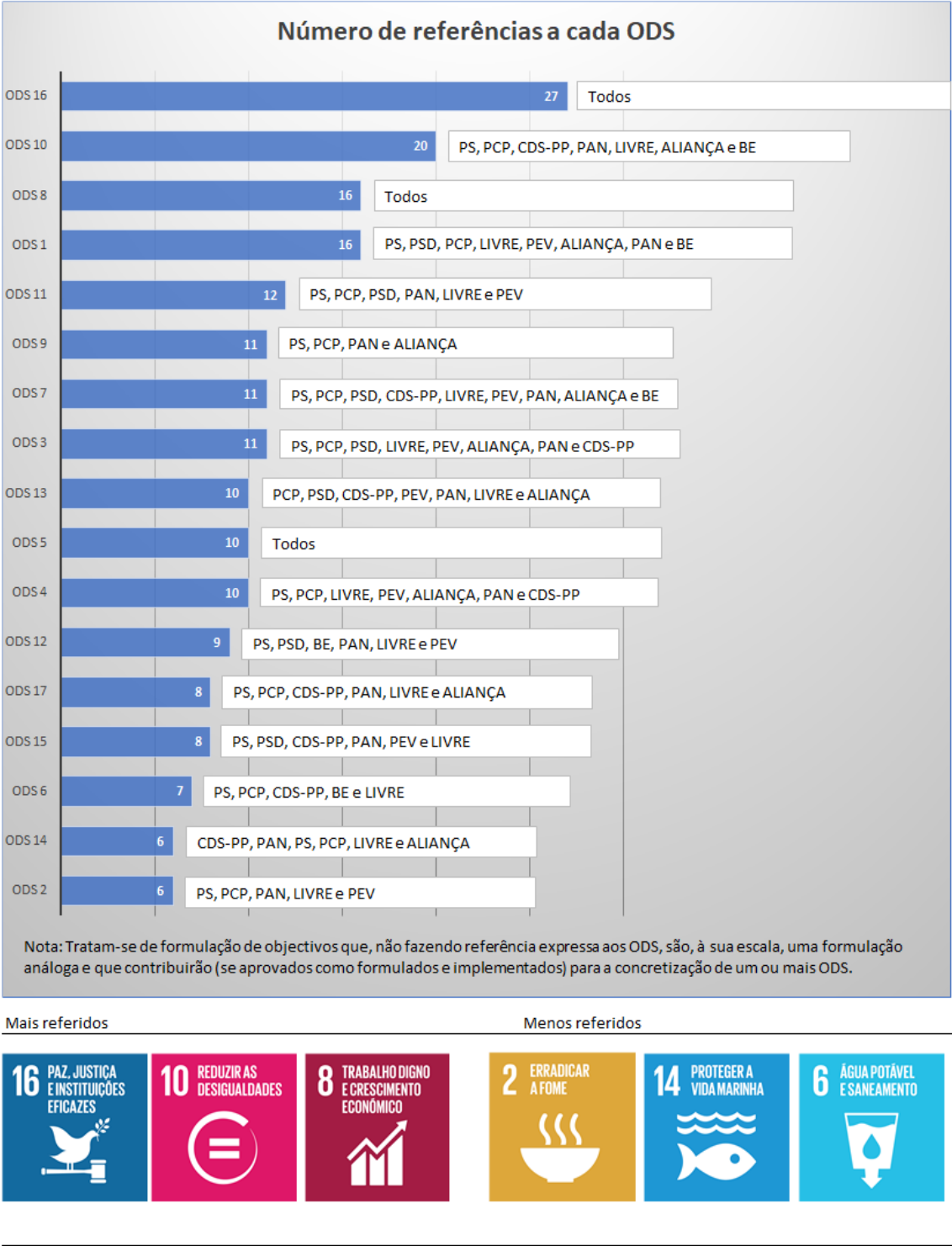
O **LIVRE** ao defender a *“construção de um futuro solidário e sustentável, de justiça social e justiça ambiental, para Portugal e para todos os que aqui vivem, fundado nos pilares da igualdade e da dignidade inalienáveis de todos os seres humanos e da responsabilidade perante os mais vulneráveis, a natureza e as gerações futuras; (...) um novo contrato entre humanidade, natureza e tecnologia que responda à urgência ecológica e relance a primazia dos direitos humanos e da responsabilidade ambiental.”*

Também o **ALIANÇA**, embora cingindo-o à realidade portuguesa (não contendo, por isso, a escala global do desenvolvimento sustentável), adota uma definição de desenvolvimento sustentável como a da Agenda 2030 ao afirmar, a propósito da *“Inovação e Investigação como o potencial estratégico para a Competitividade e o Crescimento da Economia Portuguesa”*, que: *“Só perseverando no caminho da ciência, da tecnologia e na sua aplicação ao desenvolvimento, é que Portugal poderá crescer de forma sustentável e duradoura na perspetiva económica, social e ambiental, constituindo uma estrutura produtiva inovadora, diversificada e próspera.”*

Todos os programas, ainda que não façam referência direta e expressa aos ODS, à Agenda 2030 e/ou não adotem expressamente conceções de desenvolvimento sustentável como formulado naquela Agenda, propõem (uns mais que outros) objetivos que se podem subsumir aos ODS.

Da mera análise quantitativa dos dados constantes deste quadro conclui-se que para os Partidos cujos programas eleitorais foram analisados, são prioritários no contexto português (por ordem decrescente) o ODS 16, o ODS 10 e, ao mesmo nível, o ODS 1 e o ODS 8.

Gráfico 1



É, pois, prioritário para Portugal segundo os Partidos analisados: “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos, construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis”, designadamente:

- Promover o Estado de Direito e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos;
- Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas. Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes, a todos os níveis;
- Garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis;
- Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais.

É também prioritário (mas menos que o reforço institucional, o acesso à justiça e a luta contra a corrupção): Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países, designadamente:

- Empoderar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição económica ou outra;
- Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive através da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito;
- Adotar políticas, especialmente ao nível fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade;
- Facilitar a migração e a mobilidade das pessoas de forma ordenada, segura, regular e responsável, inclusive através da implementação de políticas de migração planeadas e bem geridas.

Para os Partidos cujos programas foram analisados é ainda prioritário (mas não tanto quanto as instituições eficazes, o acesso à justiça e a redução das desigualdades) a erradicação da pobreza, designadamente:

- Reduzir pelo menos para metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões;
- Implementar medidas e sistemas de proteção social adequados e sustentáveis;
- Garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os e as mais pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais no acesso aos recursos económicos, bem como no acesso aos serviços básicos, à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, recursos naturais e novas tecnologias;
- Aumentar a resiliência das pessoas mais pobres e em situação de maior vulnerabilidade, e reduzir a exposição e a vulnerabilidade destes aos fenómenos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres económicos, sociais e ambientais.

Ao mesmo nível que a erradicação da pobreza, mas não tão prioritário quanto as instituições eficazes, o acesso à justiça e a redução das desigualdades) os programas dos partidos analisados escolhem como prioridade de terceiro nível o trabalho digno e o crescimento económico, nomeadamente:

- Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, criação de emprego decente e não precário, salários justos, empreendedorismo, criatividade e inovação;
- Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias através da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive através da focalização em sectores de alto valor agregado e dos setores de mão-de-obra intensiva;

- Proteger os direitos do trabalho e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos/as os/as trabalhadores/as, incluindo os/as trabalhadores/as migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários;
- Alcançar o emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor;
- Reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação;
- Melhorar progressivamente a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se em dissociar crescimento económico da degradação ambiental.

Em suma, dos programas eleitorais analisados:

- ✓ Existem duas referências expressas à Agenda 2030 (PS e PAN) e uma menção direta a um ODS em concreto (CDS-PP).
- ✓ Alguns partidos abordam o desenvolvimento sustentável como definido na Agenda 2030 (BE, PEV, LIVRE e ALIANÇA).
- ✓ Todos os partidos, em algumas áreas sectoriais, propõem objetivos que se podem subsumir aos ODS.
- ✓ Atendendo à formulação de objetivos que, não fazendo referência expressa aos ODS, são, à sua escala, uma formulação análoga e que contribuirão (se aprovados como formulados e implementados) para a concretização de um mais ODS, da análise de todos os programas conclui-se que a primeira prioridade é “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todas as pessoas, construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis” (ODS 16).
- ✓ A segunda prioridade é “Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países” (ODS 10).
- ✓ Como terceira prioridade, ao mesmo nível, está a “erradicação da pobreza” o “trabalho digno e o crescimento económico” (ODS 1 e ODS 8).

O que resulta desta análise é que os partidos parecem pretender reforçar, melhorar, tornar mais eficazes as instituições, designadamente as públicas, de modo a garantir a igualdade de acesso aos serviços, a um trabalho digno com salário justo, o fim das assimetrias regionais e a eliminação dos focos de pobreza.

Recorde-se que a presente análise é feita na ótica dos ODS e identifica quais destes, pelo número maior de menções (indiretas), são prioritários para os partidos analisados. Sem a lente dos ODS, as prioridades são outras: baixar os impostos, aumentar o rendimento, melhorar o serviço nacional de saúde que, concretizados, também poderão contribuir para uma vida digna.

B. Que lacunas existem nas abordagens propostas face a áreas essenciais de promoção do Desenvolvimento Sustentável?

Seguindo a análise quantitativa do **quadro 1** supra, conclui-se que os ODS com menos referências (ainda que indiretas) nos programas eleitorais analisados dos Partidos Políticos, são o **ODS 2 (Erradicar a Fome)** e **ODS 14 (Proteger a Vida Marinha)**.

No que diz respeito ao ODS 2, nenhum programa faz referência à fome e à subnutrição, mas alguns (5) debruçam-se sobre a agricultura sustentável diretamente ligada à questão da soberania e segurança alimentares.

O **PS** refere que “(...) as prioridades para uma agricultura e um território rural sustentáveis passam por aspetos tão diversos que vão desde o apoio ao regadio eficiente e resiliente, como ator de promoção da competitividade e da previsibilidade da atividade económica, a medidas para proteger a produtividade dos solos, facilitar o acesso à terra, promover a estruturação fundiária nos territórios de minifúndio, assegurar a viabilidade da agricultura familiar, estimular o empreendedorismo rural e a organização da produção e promover novas formas de comercialização e de distribuição de proximidade (...)” garantindo “(...) segurança alimentar e nutricional adequada (...)”.

O **PAN** diz que “(...) O atual modelo de produção agrícola (...) encontra-se dependente do regadio e dos pesticidas aplicados, demonstrando uma diminuição da resiliência das culturas a infestações e uma menor capacidade de adaptação às alterações climáticas, comprometendo assim a nossa soberania alimentar (...)”. Propõe modelos alternativos e uma série de medidas para garantir a sustentabilidade e a soberania alimentar, como a redução do desperdício na produção e a garantia de “(...) que nas contratações públicas para a aquisição de alimentos, para cantinas e refeitórios da Administração Pública,

seja considerado o fator “custo de carbono”, privilegiando os alimentos com menor impacto. (...)”

O **PCP**, não se referindo à fome, mas à soberania alimentar, apregoa “a defesa dos sectores produtivos e da produção nacional, com (...) o desenvolvimento da agricultura e das pescas garantindo a soberania alimentar; (...)”

Defende “a garantia de rendimentos justos pelas produções dos agricultores, com uma melhor distribuição na cadeia de valor; apoio preferencial da agricultura familiar – ¼ das explorações agrícolas – concretizando a lei do seu Estatuto; uso sustentável do solo e dos recursos, redução do risco de desertificação, preservação de espécies agrícolas, florestais e raças autóctones (defesa da biodiversidade e dos ecossistemas); garantia de segurança, de sanidade e do bem-estar animal; (...); aposta nos circuitos curtos de comercialização com a primazia no fornecimento às cantinas de entidades públicas (...)”.

O **LIVRE**, também não fazendo qualquer referência à erradicação da fome, discorre sobre a segurança alimentar ao afirmar que: “tanto a agricultura intensiva como a produção florestal de monoculturas (sobretudo de exóticas) devem ser minoritárias face aos modos de produção extensivos, sustentáveis, autóctones e multifuncionais. No **LIVRE** sabemos que uma agricultura de precisão, biológica ou não, mas ecologicamente integrada, beneficia da biodiversidade, concilia-se com esta e pode até nalguns casos beneficiar de volta a biodiversidade, enquanto nos fornece alimento e sequestra carbono. (...) No seu conjunto, a agricultura, as florestas e a conservação da natureza, bem geridas, podem sustentar setores vitais para a economia nacional no curto, médio e longo prazos, criando continuamente valor acrescentado, gerando e mantendo muitos empregos tanto no litoral como no interior despovoado. É esta a visão integrada que o **LIVRE** propõe para assegurar segurança alimentar, para combater as alterações climáticas e para travar o declínio da biodiversidade, tornando o nosso território mais resistente e resiliente (...)”.

O **PEV**, associando-se às propostas do **PCP**, no seu programa afirma: *“Defender a soberania alimentar e garantir condições de apoio aos pequenos agricultores, interligando as preocupações ambientais, sociais, culturais, económicas e políticas; Defender uma agricultura tradicional, livre de OGM, biológica e de carácter familiar, apostando na prática da compostagem; (...) Apostar nos circuitos curtos de comercialização, aproximando produtores e consumidores, gerando um comércio de bens agroalimentares mais justo e de proximidade; (...) Optar pela compra e utilização de produtos locais nas cantinas da responsabilidade do Estado (...)”*

No que respeita ao ODS 14 apenas o **CDS-PP** faz referência direta ao afirmar que: *“(...) A Economia Azul foi pela primeira vez discutida na cimeira do “Rio +20” (UN), em 2012, tendo como protagonistas os países costeiros e as ilhas-Estado, aliás o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável ligado ao mar teve Portugal como principal impulsionador (...)”*

Alguns outros partidos também fazem referências (ainda que indiretas) ao nele previsto. Apenas 5 fazem referências à redução da poluição marinha, à gestão sustentável dos recursos marinhos e costeiros.

O **PAN** refere que *“(...) A falta de políticas de proteção dos recursos marinhos e da biodiversidade tem-se refletido em medidas devastadoras e em alguns casos irreversíveis, como é o caso das dragagens no Sado, que poderão comprometer a sobrevivência de espécies de fauna e flora protegidas na Reserva Natural do Estuário do Sado. É por isso urgente a mudança da visão tradicional e extractivista que temos em relação ao mar, convergindo para uma gestão integrada, sustentável e equilibrada dos ecossistemas (...)”*. Para tanto sugere uma série de medidas para as pescas e para a conservação dos ecossistemas marinhos.

O **PS** dedica um capítulo a *“Apostar no potencial do mar”*. Refere que *“(...) o posicionamento geoestratégico de Portugal deverá assentar no desenvolvimento da sua maritimidade e na capacidade de influenciar todas as políticas marítimas da União Europeia e a nível global para os*

oceanos. (...) o potencial do mar apenas poderá concretizar-se se os oceanos permanecerem sistemas sustentáveis e resilientes, de onde se possa explorar recursos de forma suficiente e eficaz, garantindo a sustentabilidade.”

Sugere ainda uma série de medidas para *“Otimizar a governação do Mar”* para *“Garantir o ordenamento e a sustentabilidade dos recursos marinhos”*, para *“Apoiar a pesca e a aquicultura inovadora e sustentável”* e para *“Desenvolver uma economia azul circular”*, e *“descarbonizar o transporte marítimo”*, em moldes semelhantes ao que consta das metas do ODS 14.

Anuncia a sua intenção de *“promover modelos de negócio baseados na recolha de lixo marinho e na sua valorização industrial-comercial”*; de *“promover a inovação na biorremediação do mar, designadamente através de ativos biológicos-bioquímicos que eliminem os microplásticos e outros agentes poluidores do oceano”*; e de *“promover a biotecnologia azul sustentável e bio refinarias azuis, permitindo o desenvolvimento de novos produtos alimentares do mar e a criação”*.

O **PCP** também desenha uma política do mar e das pescas que visa *“o desenvolvimento das suas potencialidades e recursos – científicos, ambientais, económicos e sociais – assegurando uma mudança radical na política de pescas e a soberania nacional nas nossas águas (...), fundos e subsolos marinhos nas zonas de alargamento”*.

O **PCP** defende que *“a afirmação de uma economia mista com um forte sector público e o apoio às explorações familiares, à pesca artesanal e costeira, às micro, pequenas e médias empresas e ao sector cooperativo”* será caminho para a sustentabilidade. É também preciso *“garantir os direitos históricos da pesca, na utilização do espaço marítimo nacional e nas áreas fluvial e lagunar; garantir os mesmos direitos no que concerne à produção e/ou extração de bivalves; a gestão de proximidade dos recursos respeitando o seu acesso coletivo e desenvolvimento de circuitos curtos de comercialização; e o fim da exclusividade da gestão dos recursos pela União Europeia.”*

O **LIVRE** afirma que *“é absolutamente prioritária a salvaguarda do capital natural marinho, através de um trabalho de ordenamento do espaço marítimo que tenha em linha de conta todos os usos do mar, mas que coloque em primeiro lugar a conservação da natureza.”* Para tanto é preciso *“Garantir a sustentabilidade da pesca, mantendo as autorizações de captura das populações de peixe abaixo do rendimento máximo sustentável, eliminando as rejeições de animais capturados de forma indireta e capacitando as associações de pescadores artesanais para desempenharem um papel de liderança na gestão dos recursos costeiros e acederem aos escalões superiores da cadeia de valor.”*

A **ALIANÇA** diz ser necessário *“Proteger o mar e os recursos marinhos adotando uma estratégia de valorização ambiental que intensifique a despoluição dos oceanos e a preservação da fauna marítima, começando por reduzir a quantidade de plástico nos oceanos, visto que 80% do lixo marinho tem essa proveniência.”*

Afirma ainda ser fundamental *“Defender as nossas zonas costeiras e as suas populações protegendo-as da erosão, do aumento do nível das águas do mar e das alterações climáticas (...).”*

Um outro ODS que, ainda que indiretamente, é pouco aludido é o **ODS 6 (Água Potável e Saneamento)**. Apenas o **CDS-PP** dedica algum espaço a este tema. Define a água como o maior desafio climático e estabelece as suas prioridades estratégicas para o sector: *“(...) Os nossos objetivos estratégicos nesta matéria são os seguintes: (...) aumentar a eficiência no uso da água em todos os setores; aumentar a capacidade de captação de água disponível e assegurar extrações sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água; reduzir o número de pessoas com dificuldade no acesso a água potável e, por isso, que mais sofrem com a escassez de água; implementar a gestão integrada dos recursos hídricos; proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água. (...).”*

Embora não seja uma lacuna, na medida em que o **ODS 13 (Ação Climática)** é referido e, nalguns casos, com alguma profundidade em quase todos os programas eleitorais analisados, é importante referir que apenas 5 dos partidos incluem nos seus programas o carácter de urgência estabelecido por este ODS. Com efeito, dos 17 ODS e 169 metas, o ODS 13 é único ODS que contém a palavra “urgente” na sua formulação ao dizer que é necessário *“Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e seus efeitos.”*

Apenas o **BE**, o **PEV**, o **PAN**, o **PSD** e o **LIVRE** integram esta urgência.

Em suma, dos programas eleitorais analisados, no que diz respeito a lacunas, conclui-se que:

- ✓ Tendo em conta que os programas eleitorais não são decalques da Agenda 2030 e que esta inclui a grande diversidade e complexidade de 17 objetivos, 169 metas e 230 indicadores globais, as lacunas serão muitas. À exceção do ODS 14 referido expressamente pelo CDS-PP nenhum outro ODS é referido expressamente por qualquer partido. Optámos, assim, por identificar como lacunas as omissões evidentes (ainda que indiretas) ao que, nos programas, se pode subsumir aos ODS.
- ✓ Assim e seguindo o critério da referência, ainda que indireta, os ODS menos mencionados são “erradicar a fome” (ODS 2) e “proteger a vida marinha” (ODS 14)
- ✓ Nenhum partido se refere à fome em Portugal (ou no mundo) embora alguns (PCP, PEV, LIVRE) se refiram à necessidade de tomar medidas para assegurar a soberania e segurança alimentares e alguns outros, discorrendo sobre as medidas a tomar nos sectores agrícola e pescas, estabelecem uma relação com a questão alimentar e nutricional (PS, CDS-PP, PAN e BE).
- ✓ A ALIANÇA, o PS e o PAN (embora outras passem vagamente pelo tema) são os que apresentam um conjunto significativo de medidas para proteção da vida marinha e o CDS-PP, embora dedique umas quantas páginas ao Mar, olha-o mais na ótica da valorização económica como recurso.
- ✓ Importante assinalar é o facto de as Alterações Climáticas, ao contrário do que apregoa o ODS 13, não encontra medidas urgentes em todos os programas eleitorais. Apenas o BE, o PEV, o PAN, o PSD e o LIVRE consideram as medidas de combate às alterações climáticas e seus impactos urgentes e alguns (PAN, BE, LIVRE e PSD) falam da “emergência climática”.

C. Que referências ao papel de Portugal na promoção de um desenvolvimento sustentável a nível global (relações externas)?

A Agenda 2030, como agenda global, convoca todos e todas, pessoas e instituições, a contribuir para a sua implementação. Os antecessores dos ODS (os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio - ODM) não distribuíam a responsabilidade sobre a sua implementação de forma igualitária. Na verdade, sendo os objetivos (e metas) a atingir iguais para todos os países do mundo, era sobre aqueles que

estavam mais longe de os atingir que pendia o maior esforço. Por exemplo, uma vez que Portugal que já tinha em 2000 uma taxa de mortalidade infantil muito abaixo da defendida pelos ODM, pouco esforço terá feito a esse nível, comparando com países, designadamente da África subsariana, para cumprir esse ODM.

Para evitar este desequilíbrio, procurou-se, por um lado, que os ODS assentassem nos referenciais de Direitos Humanos para assim serem, como eles, universais e indivisíveis. Assim como não se pode considerar que um determinado direito humano é aplicável a uma determinada fação da humanidade

(pois são universais) e que um determinado direito humano é mais importante que outro (pois são indivisíveis), os ODS também são para aplicar a todos e todas e não há um ODS mais importante que o outro.

Procurou-se, por outro, introduzir aquilo a que em português se designou de “*Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*”. Esta “*localização*” dos ODS mais não pretende que cada Estado, na programação que faz para implementação e acompanhamento dos ODS para o seu país, tem que atender às especificidades do seu país e das particularidades subnacionais”. Contudo, esta programação adequada a responder às necessidades locais, não deve de modo algum excluir (ou sequer mitigar) a responsabilidade que cada Estado tem de contribuir para o desenvolvimento sustentável global, nomeadamente através das relações externas com os outros países, em particular com os menos desenvolvidos.

Assim, além do ODS 17 que prescreve especificamente a criação e fortalecimento de parcerias para o desenvolvimento sustentável, cada ODS tem uma ou mais metas específicas sobre parcerias e relações de cooperação no seu âmbito específico.

O ODS 17 estabelece, entre outras, as seguintes metas:

- **Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive através do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional de cobrança de impostos e outras fontes de receita;**
- **Os países desenvolvidos devem implementar de forma plena os seus compromissos em matéria de Ajuda Pública [APD], inclusive canalizar 0,7% do rendimento nacional bruto [RNB] para APD aos países em desenvolvimento, e alocar 0,15% a 0,20% desse valor para os países menos desenvolvidos;**
- **Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes;**
- **Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo através de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado;**
- **Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos;**
- **Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular ao nível regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar a partilha de conhecimento em termos mutuamente acordados, inclusive através de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global;**
- **Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado;**
- **Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive através da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular;**
- **Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio.**

A este respeito, são poucos os programas eleitorais analisados que contêm referências e as que surgem são relativamente vagas. A saber:

O **PS** deseja “*Afirmar Portugal como país aberto à Europa e ao Mundo*” e, para tanto, propõe-se a “*Participar ativamente na construção europeia, promovendo uma agenda progressista, defendendo os valores europeus e o Estado de Direito, desenvolvendo a convergência económica e social e reforçando o papel da Europa no Mundo*”, a “*Apoiar o multilateralismo e o sistema das Nações Unidas, consolidando o protagonismo de Portugal nas organizações e agendas principais*”, a “*Cultivar relações bilaterais diversificadas, atentas às lógicas de aliança, vizinhança e parceria e às oportunidades de desenvolvimento de trocas económicas, consultas políticas e intercâmbio cultural*”, a “*Valorizar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, como comunidade de língua, cidadania, cooperação político-diplomática e espaço económico*” e a “*Continuar a implementação do novo quadro da cooperação portuguesa para o desenvolvimento, mantendo o foco principal na cooperação com os países africanos de língua portuguesa e Timor-Leste, mas alargando a sua geografia e parcerias e diversificando as modalidades de financiamento.*”

Já o **PCP** opta por uma “*Uma política externa participada e democrática (...) diversificada que, rejeitando o alinhamento com blocos, ou grandes potências, tira partido das vantagens de Portugal para se adaptar à internacionalização da economia e profunda divisão internacional do trabalho, dando particular atenção ao desenvolvimento das relações com os PALOP, o Brasil e Timor Leste; com os países do Magrebe e da Bacia do Mediterrâneo; com a China e com a Índia; com a África do Sul, a Venezuela e outros países onde a emigração portuguesa é numerosa; com outros países da Europa – nomeadamente com Espanha – da Ásia e da América Latina.*” Defende “*relações económicas justas, mutuamente vantajosas, o que exige: Diversificação das relações comerciais de Portugal, defesa de*

políticas comerciais orientadas para o benefício mútuo, respeitadoras dos interesses, especificidades e necessidades de cada país, orientando-as para a complementaridade e não para a competição (entre produções, produtores e países) (...).”

Propõe a “*Defesa, no âmbito da ONU, da adoção de um pacto de cooperação com vista à regulação dos mercados financeiros, à tributação das transações financeiras, ao combate à evasão e elisão fiscais e à extinção dos paraísos fiscais*” e a “*Participação em projetos multilaterais de benefício comercial mútuo, tirando partido de novas dinâmicas no comércio internacional, incremento das verbas destinadas à política de ajuda ao desenvolvimento e defesa da anulação das dívidas aos países menos desenvolvidos*”.

Defende “*a paz, a segurança e a amizade entre os povos*” o que implica “*Combater o militarismo e a guerra, a Defesa dos direitos dos povos, dos princípios da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional, (...) a Defesa da redução dos gastos militares, (defesa) do desarmamento (...) Combate às causas das migrações em massa, Defesa de uma política de migrações, nomeadamente no seio da União Europeia, respeitadora dos direitos humanos, incluindo os sociais e laborais, e de desenvolvimento dos povos e combate à instrumentalização das migrações e à abordagem militarista, nomeadamente da política de «Europa fortaleza», o Combate às reais causas das migrações em massa, nomeadamente as políticas neocoloniais, os processos de ingerência externa e as guerras de agressão, o saque dos recursos naturais.*”

Defende que Portugal deve “*afirmar-se no plano internacional, defendendo e respeitando a soberania e independência das nações, apostando e contribuindo para um quadro internacional assente em relações mutuamente vantajosas, na cooperação, no progresso, na solidariedade, na segurança internacional e na paz*”.

Defende as (...)” relações internacionais baseadas na igualdade entre Estados, na justiça e na paz, combate as derivas reacionárias e nacionalistas. Afirma Portugal como país defensor da cooperação e da paz, que deseja e pode cooperar em pé de igualdade na construção de um Mundo mais justo, seguro, pacífico, desenvolvido e sustentável.”

O **CDS-PP**, afirma no seu programa ser favorável a uma presença ativa na NATO e à retoma das negociações com os EUA sobre a Parceria Transatlântica para o Comércio e o Investimento (TTIP), a reforçar o diálogo político e a promoção da cooperação, em áreas de interesse comum, entre os países do Norte e do Sul da bacia ocidental do Mediterrâneo.

No que diz respeito à cooperação, afirma: “(...) *Acreditamos numa política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa, privilegiando uma maior concentração geográfica e setorial, que deve incluir o desenvolvimento empresarial e um maior envolvimento das Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento. (...)”*

Este partido defende ainda a promoção da língua portuguesa como instrumento de política externa, o reforço do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, uma política clara e responsável de imigração legal e estreita cooperação (policial) com os países onde operam as redes de tráfico de seres humanos, o reforço da cooperação técnico-militar com os países da CPLP.

O **PAN** afirma que: “(...) *As prioridades devem ser claras e a aposta numa política diplomática que garanta a transição para uma economia descarbonizada, que exclua movimento extremados, que aprofunde a integração Europeia, que garanta o cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos e que reforce a nossa presença junto dos Países de Língua Portuguesa”.*

Portugal deve também assumir uma “(...)relevância internacional no seio da ONU, pressionando para que haja a criação de regime legal vinculativo de direito internacional público que contemple a crise climática, as suas origens históricas, tal como os seus impactos presentes e futuros. (...)”

Não podemos esquecer as comunidades emigrantes, garantindo medidas de apoio para quem deseje regressar a Portugal e promovendo uma sólida relação diplomática com os países onde as nossas comunidades emigrantes, ou a Língua Portuguesa, estão presentes.

Os desafios da internacionalização e da globalização impelem-nos a trabalhar conjuntamente para garantir um presente conjunto numa sociedade diversa, responsável, baseada no Estado de Direito e assente numa economia circular e de carbono zero (...)”.

Para tanto sugere uma série de medidas das quais destacamos: “(...) *Reforçar o relacionamento com cada um dos países de Língua Portuguesa, sobretudo num quadro de interculturalidade e partilha educacional bilateral, reforçando ainda a cooperação em matérias de proteção da biodiversidade, combate e mitigação das alterações climáticas, reforço do comércio justo, melhoria da segurança comum e aprofundamento dos direitos humanos e do Estado de Direito; Rejeitar os acordos transnacionais, como têm sido assinados e negociados, nomeadamente o CETA e o Mercosul, sem esquecer os ainda não ratificados, como o TTIP, o TiSA e o JEFTA, garantindo que a sua aprovação passa pelos parlamentos nacionais, com um amplo debate na sociedade civil sobre os seus efeitos e repercussões; Apoiar na ONU a criação de um Acordo Vinculativo sobre Empresas Transnacionais e as suas cadeias de produção no que concerne aos Direitos Humanos, que seja ambicioso e eficaz na proteção do ambiente, dos consumidores e dos animais; (...) Defender a saída da Guiné Equatorial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) caso não seja efetivado o fim da pena de morte naquele país (...)”.*

O **LIVRE** afirma que Portugal deve “Participar na construção da democracia global, reforçando a (sua) participação em organismos internacionais, sobretudo na Organização das Nações Unidas (ONU) e lutando pela criação de um Tribunal Internacional de Direitos Humanos e de um Tribunal Internacional contra os Crimes Ambientais; lutando pela efetivação do Tratado Vinculativo da ONU sobre Empresas Transnacionais e Direitos Humanos; lutando pela implementação de instrumentos multilaterais de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro à escala global; lutando pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (...); lutando pela criação de uma Assembleia Parlamentar das Nações Unidas, com uma reunião anual antes da Assembleia-Geral da ONU, acrescentando assim um fórum de representação cidadã àquele que é, neste momento, um fórum exclusivo de diplomatas.”

Afirma ser necessário “Aprofundar a cooperação entre os países de língua oficial portuguesa e no espaço Ibero-Americano, fortalecendo o papel da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) como espaço de livre circulação e intercâmbio social, económico e cultural, facilitando a portabilidade de direitos entre os vários países-membros e concedendo direitos civis e políticos às suas cidadãs e cidadãos que residirem em Portugal e assim o requererem; criando uma Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre todos os Estados-Membros da CPLP; reforçando a luta pelos direitos humanos em todos os países da CPLP, incluindo a oposição à pena de morte na Guiné Equatorial e o combate a todas as formas de discriminação e aos crimes ambientais; aprofundando a cooperação, intercâmbio e reconhecimento entre universidades; criando redes de cidadãos entre os vários países e o mundo, incluindo as várias diásporas.”

Por fim, defende ser necessário “Responder à crise humanitária no Médio Oriente, Magrebe e Mediterrâneo e acabar com a Europa Fortaleza, efetivando um programa europeu digno de instalação e integração de refugiados com partilha

de responsabilidades entre todos os países; relançando a Abordagem Global para a Migração e Mobilidade para aprofundar a cooperação com países terceiros e reforçar a proteção dos migrantes; relançando a Política Europeia de Vizinhança, em particular a União para o Mediterrâneo, para fomentar a transformação económica inclusiva e sustentável em todos os países; humanizando o sistema europeu comum de asilo; apoiando a reunificação das famílias; criando uma Operação Europeia de Busca e Salvamento para salvar as pessoas no mar e descriminalizando a solidariedade para com os migrantes; defendendo a livre circulação em toda a Europa e em todo o Mundo; criando um Passaporte Humanitário Internacional. Acolher e integrar refugiados e migrantes em Portugal, promovendo uma política de imigração legal mais ambiciosa.”

O **ALIANÇA** afirma que “Com um legado histórico único, Portugal deve reforçar a sua presença e a cooperação no âmbito da CPLP e dos países com forte presença de comunidades Portuguesas e luso-descendentes.”

Quanto aos restantes ODS que, como referido acima, também têm metas que convocam a compromissos de ação com outros países, optando pelos ODS mais vezes (indiretamente) referenciados nos programas eleitorais (ODS 16, 10, 1 e 8, conforme Quadro 1 supra) analisámos os mesmos programas e:

O ODS 16, tem como meta de relações externas: “Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive através da cooperação internacional, para a construção de melhor capacidade de resposta, a todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime”.

O **PS**, ao afirmar que pretende “Continuar a implementação do novo quadro da cooperação portuguesa para o desenvolvimento, mantendo o foco principal na cooperação com os países africanos de língua portuguesa e Timor-Leste, mas alargando a sua geografia e parcerias e diversificando as modalidades

de financiamento” e sendo do conhecimento público que a atual política de cooperação para o desenvolvimento envolve uma componente de capacitação institucional em áreas de soberania (sistema judicial, polícia, segurança e agricultura, pode-se afirmar que, ainda que vagamente, o programa do **PS** vai ao encontro deste desafio global. É o único – ainda que desta forma vaga – que o faz.

O ODS 16 conta, entre outras metas, com a necessidade de “Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas”. Apesar da importância basilar desta meta para a consolidação de um Estado de Direito, o **CDS-PP** discorre no seu programa sobre este tema, ao defender uma nova estratégia de combate à corrupção que passa, nomeadamente, pela criação de um regime de proteção do denunciante e o **PAN** que propõe uma série de medidas de combate à corrupção como é o caso da proposta de regulamentação do lóbi e da adoção da “pegada legislativa”. Ambos **CDS-PP** e **PAN** propõem estas medidas para o contexto nacional e não nas relações externas com os países parceiros.

O ODS 10 (o segundo mais referido na totalidade dos programas analisados) estabelece como meta a necessidade de “Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com os seus planos e programas nacionais”.

Embora todos os partidos (e alguns de forma bastante detalhada e inovadora) incluam propostas para a redução das desigualdades no interior do país, nenhum dos programas analisados refere a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e/ou se compromete (ainda que em abstrato) a alocar recursos financeiros à cooperação para o desenvolvimento e/ou redução das desigualdades entre países.

O ODS 1 (o terceiro mais referido nos programas eleitorais) contém, entre outras, a seguinte meta: “Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento (em particular, os países menos desenvolvidos) possam implementar programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões”, no contexto da erradicação da fome, nenhum dos programas refere expressamente isto.

Embora seja uma meta do ODS 8 (o terceiro, a par do ODS 1, mais referido nos programas eleitorais): “Aumentar o apoio à Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive através do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos”, nenhum dos partidos refere expressamente isto.

Em suma, no que diz respeito às referências ao papel de Portugal na promoção de um desenvolvimento sustentável a nível global (relações externas) na ótica dos ODS:

- ✓ As referências são em número considerável e embora coincidam em muitas áreas (promoção da língua portuguesa, da CPLP, da concentração geográfica e abertura a outras oportunidades, diplomacia económica, etc.), noutras são antagónicas, como por exemplo, a relação com a NATO (a extinguir segundo o PCP e a cultivar segundo o CDS-PP) e os Tratados Internacionais de Comércio Livre (a eliminar segundo o PCP, PEV, BE, PAN e LIVRE e a retomar segundo o CDS-PP).
- ✓ Nenhum dos programas eleitorais faz referência à Ajuda Pública ao Desenvolvimento e aos compromissos assumidos internacionalmente e esse respeito.

D. Existem algumas contradições/incoerências entre diferentes propostas do mesmo Partido?

Na definição de políticas multissectoriais, o grande desafio que se impõe é o da coerência. Na formulação das políticas, sobretudo se forem inovadoras, na medida em que dificilmente se antevê todas as suas externalidades (positivas e negativas), acontece, por vezes, defenderem-se políticas que produzem efeitos que anulam os efeitos de outras políticas. Um exemplo de gritante incoerência (que não consta dos programas analisados) é a, por um lado, opção política evidente da União Europeia de evoluirmos para uma economia descarbonizada (assente em fontes de energia não fósseis) e o simultâneo investimento pela UE e ainda em avultados montantes, em projetos de prospeção e extração de combustíveis fósseis.

Esta questão da coerência, na ótica dos ODS, é de tal modo importante que o ODS 17 (Parcerias para a implementação dos objetivos) incluem metas (questões sistémicas) a respeito que dizem o seguinte:

- Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável;
- Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas
- para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável.

Nenhum dos programas eleitorais analisados contém incoerências na sua formulação. Existem, naturalmente, políticas em que o risco de incoerência, uma vez implementadas é maior do que em outras. Contudo, tais incoerências só se verificarão – se for o caso – na sua implementação.

Vários dos programas eleitorais analisados contém, todavia, opções que visam acautelar futuras incoerências. São disso exemplo a opção que partidos como o **PCP**, o **PEV** e o **LIVRE** que fazem perante a promoção do fim da obsolescência programada de equipamentos e produtos industriais perante o objetivo de uma produção e consumo sustentáveis e de uma economia local e circular. São também disso exemplo as opções do **PS**, do **PCP**, do **PEV** e do **BE** pelo reforço da ferrovia no contexto da coesão territorial.

O **BE**, defendendo uma reconversão industrial, quer acabar com a produção de automóveis com combustíveis fósseis até 2025 defende a aprovação de uma lei do clima com obrigação de cortar emissões.

Outro exemplo de promoção da coerência é o do **PEV** quando faz apologia do consumo local ao aduzir *“(…) Os circuitos curtos de distribuição garantem uma pegada ecológica menor e contribuem para a descarbonização, para o combate ao desperdício alimentar e para a segurança da qualidade do produto. O Estado tem de dar o exemplo pela inclusão nas cantinas públicas da preferência por produtos locais, contribuindo para a economia local (...).”*

Também o **PEV**, embora a outro nível, procura garantir a coerência ao *“(…) Rejeitar os acordos comerciais internacionais, como CETA, o TTIP e o JEFTA, que constituem verdadeiras ameaças ao emprego e ao setor empresarial português, com graves impactes ambientais.”* O **PAN**, como referido acima, também rejeita estes acordos de liberalização do comércio internacional, nos moldes em que têm sido negociados.

Em suma, no que diz respeito a eventuais contradições entre políticas ou entre medidas propostas pelo mesmo partido na ótica dos ODS, conclui-se que:

- ✓ Sendo as propostas dos partidos meramente programáticos, ainda que alguns dos programas contenham medidas concretas relativamente detalhadas, a eventual incoerência só se verificará se e quando determinada medida for implementada. Por isso, da informação disponível não é possível encontrar incoerências ou contradições.
- ✓ Contudo, cientes do risco das incoerências, alguns partidos (PS, PCP, PEV, BE e PAN) propõem algumas medidas para evitar que, ainda que se defenda o desenvolvimento sustentável, não se caminhe para o seu contrário. É o caso da promoção do fim da obsolescência programada de equipamentos (PCP, PEV e LIVRE), é o caso do fim de financiamento a exploração de combustíveis fósseis (BE), é o caso do fim de acordos comerciais como TTIP (PEV e PAN).

E. Existem propostas ligadas à promoção do diálogo com a Sociedade Civil?

A Agenda 2030 considera também (no ODS 17) fundamental para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, as parcerias multissetoriais. Com efeito, uma agenda que constitui “uma declaração de interdependência” que não quer “deixar ninguém para trás” e que é “de todos/as para todas/os” não poderia deixar de referir a importância que confere às parcerias multissetoriais. Diz a Agenda 2030 que é necessário:

- Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e partilhem conhecimento, perícia, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento;
- Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil que sejam eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.

Todos os programas eleitorais analisados referem-se a parcerias. Uns para defender a revisão (**PSD** e **CDS-PP**) ou a eliminação das parcerias público-privadas em diferentes sectores (**PCP**, **BE** e **PEV**) outros para defenderem parcerias públicas, designadamente entre a administração central do Estado e a administração local e outros para, no âmbito das relações externas defender as parcerias (ou o fim delas) com organizações multilaterais e com outros países. São poucos, contudo, os que referem parcerias com a Sociedade Civil (incluindo neste conceito não apenas as organizações da economia social, mas também as empresas e a academia não pública).

Os programas do **PCP**, **PEV**, **BE** e **LIVRE** defendem o fim de parcerias público privadas existentes, nomeadamente no sector da saúde e o **PSD**, **CDS-PP** e o **ALIANÇA** defendem a sua reavaliação, manutenção e aprofundamento.

Os partidos que defendem expressamente (através dos seus programas eleitorais) parcerias com a Sociedade Civil são:

O **PS**, face ao “Novo período de programação de fundos europeus – 2021-2027” pretende *“Negociar o Acordo de Parceria que enquadrará a aplicação dos fundos comunitários no próximo período de programação, por forma a que a utilização dos fundos europeus seja subordinada à implementação da Estratégia Portugal 2030 que já contou com o contributo de diversos setores da sociedade portuguesa.”*

No âmbito da Cooperação Portuguesa, o **PS** afirma visar *“Continuar a implementação do novo quadro da cooperação portuguesa para o desenvolvimento, mantendo o foco principal na cooperação com os países africanos de língua portuguesa e Timor-Leste, mas alargando a sua geografia e parcerias e diversificando as modalidades de financiamento (...)”* designadamente, *“(...) Sublinhar a prioridade da educação e formação, das áreas sociais e da governação para a cooperação portuguesa, e incrementar o papel das organizações da sociedade civil e das autarquias, na conceção e execução de projetos; Conferir acrescida coerência ao envolvimento do setor privado na cooperação portuguesa e reforçar os mecanismos do correspondente financiamento (...)”*

No que diz respeito ao Mar e Oceanos, propõe-se *“(...) Aprofundar as parcerias internacionais para a partilha de conhecimento e concretização de projetos nos domínios científicos e empresariais, fortalecendo a participação nacional na Rede Global de Observação dos Oceanos; (...) Cooperar com o setor privado (ONG e indústria) para aumentar as observações oceânicas e a partilha de dados de plataformas (...)”*

Quanto a respostas sociais, o **PS** pretende *“Promover, em parceria e com o envolvimento de diferentes atores, incluindo os municípios, um programa de alargamento das respostas sociais de apoio à família, em particular para a infância e com especial incidência nas áreas metropolitanas, onde a cobertura da rede tem maiores fragilidades, designadamente estimulando o alargamento da rede de creches”* e no que concerne à igualdade de género, visa *“(...) Combater a segregação profissional entre homens e mulheres, em parceria com as instituições de ensino superior e outras entidades formativas, estimulando programas de desconstrução de estereótipos de género e a atração de pessoas do sexo sub-representado (...)”*.

O **PS** alegando expressamente querer *“valorizar o contributo da economia social”,* (...) reconhece o papel determinante que a economia social desempenha e está empenhado em trabalhar em conjunto com as organizações, dando passos no sentido de consolidar uma trajetória de parceria que tem já uma longa tradição. (...)” Para tanto, o **PS** propõe *“(...) Promover os diferentes ramos do setor cooperativo, estimulando a sua modernização e rejuvenescimento, e, em particular, reforçar e agilizar o modelo das cooperativas de interesse público de modo a torná-lo mais atrativo para o envolvimento de diferentes entidades públicas e privadas na construção de parcerias duradouras na resposta a necessidades sociais, culturais e outras, por exemplo em articulação com dinâmicas de mercado social de emprego.”*

“(....) Neste apoio público à inovação, liderado pelas empresas, promovemos a aproximação estratégica entre a Economia e a Ciência, através de parcerias entre empresas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional para transferência e valorização do conhecimento (...)” afirma o **PS** no seu Programa Eleitoral.

No que concerne o apoio “às artes como agentes de mudança social e territorial”, o **PS** sugere *“(...) Desenvolver projetos culturais para as zonas social e economicamente mais desfavorecidas, em diálogo e parceria com organizações da sociedade civil, empresas, startups e empreendedores sociais.”*

O **PSD**, no âmbito da área temática do ODS 3, propõe o reforço das parcerias com as organizações da Sociedade Civil para a prevenção e promoção da saúde e para o alargamento da rede de cuidados continuados e paliativos.

O **CDS-PP** propõe o mesmo ao afirmar que: *“Queremos aumentar o número de camas nas regiões com maiores necessidades, bem como reforçar os Cuidados Paliativos Domiciliários, com parcerias entre os Cuidados de Saúde Primários, hospitais, as autarquias e o setor social e solidário, (...)”*

Este partido, no seu programa eleitoral discorre alongadamente sobre a sociedade civil, o seu papel e as parcerias a estabelecer. A nível nacional, o **CDS-PP** afirmando que *“(...) Se a solução está na coesão social o terceiro setor poderá ser o seu catalisador e as diversas entidades os seus mais dignos representantes. Enquanto parceiros ativos do desenvolvimento local, estas entidades constituem-se como impulsionadoras da coesão territorial, combatendo a desertificação, promovendo a sustentabilidade dos territórios onde estão ancoradas e assegurando e criando postos de trabalho. As entidades do setor da economia social, por não se deslocalizarem, por, mesmo em contraciclo, conseguirem desenvolver-se e criar novos postos de trabalho têm um valor incalculável.”*

Pretendem *“(...) avaliar o custo real das respostas sociais, em particular as relativas à proteção social das pessoas mais velhas (...)”* e *“(...) Para que o financiamento das respostas que prestam seja mais justo e promova a sustentabilidade e qualidade que se pretende (...) Precisamos de implementar um sistema de avaliação (...) para que o impacto gerado seja reconhecido, valorizado e objeto de diferenciação e veículo para a melhoria. (...)”*.

Afirma que “(...) Impõe-se um novo modelo de financiamento do Estado às Instituições do setor social e solidário que tenha em conta as características das famílias e diferencie positivamente as famílias com baixos recursos na utilização de equipamentos sociais e, em simultâneo, atenda às especificidades dos territórios onde se desenvolvem as respostas (...)” em que “O interior merece uma atenção especial”. Inclui “(...) Incentivos para quem trabalha em rede (..), “Prémio para quem inova” e “Mais transparência” (...).”

Quanto ao envolvimento com a Sociedade Civil a nível internacional, o **CDS-PP** afirma que “(...) Acreditamos numa política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa, privilegiando uma maior concentração geográfica e setorial, que deve incluir o desenvolvimento empresarial e um maior envolvimento das Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento. (...).”

O **CDS-PP** ainda se dispõe a: “(...) Associar empresários, académicos e representantes da sociedade civil às políticas públicas através de Conselhos consultivos nas áreas principais de política económica, de Conselhos de suporte em todos os sectores de atividade e de Conselhos regionais (...).”

Ainda em relação às parcerias com a Sociedade Civil, o programa eleitoral do **LIVRE** também contém algumas propostas.

Este Partido pretende “(...) Elaborar um plano nacional de monitorização e avaliação contínua do estado das espécies selvagens, habitats e ecossistemas existentes em Portugal, articulando todos os processos de monitorização em curso (órgãos públicos, sociedade civil, investigações setoriais) para produzir indicadores relativos ao estado da biodiversidade nacional com a regularidade necessária. Paralelamente, deverão ser estabelecidas parcerias contratuais plurianuais com instituições do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, em articulação com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para valorizar

linhas de investigação que permitam preencher as lacunas de conhecimento existente. (...).”

Por fim o Programa eleitoral do **PAN**, embora não se refira direta ou expressamente a parcerias com a Sociedade Civil, defende a “(...) dignificação das Associações Zoófilas legalmente constituídas (...)” e propõe uma série de medidas de promoção da “democracia participativa e cidadania ativa” das quais destacamos a necessidade de: “(...) Desenvolver e implementar ferramentas acessíveis, especialmente dirigidas aos cidadãos, que permitam o acompanhamento e a monitorização da execução do Orçamento de Estado; Promover a capacitação das ONG, facilitando o acesso aos apoios públicos e privados disponíveis para todas as áreas de intervenção social, criando um portal, de acesso livre e universal, que reúna toda a informação sobre os fundos e outras formas de suporte existentes, procedimentos de acesso e demais informação correlacionada, bem como aconselhamento e apoio às candidaturas (...).”

Em suma, no que diz respeito às parcerias com a Sociedade Civil (nesta incluindo as organizações da economia social, o sector empresarial e o académico):

- ✓ As referências são escassas e vagas
- ✓ Quanto às parcerias público-privadas, designadamente na área da saúde, existem propostas opostas: de extinção (pelos partidos à esquerda do PS) e pela manutenção ainda que revista (pelos partidos à direita).
- ✓ São feitas algumas referências à importância do papel das organizações da economia social designadamente na área social e, nesta, no âmbito da prestação de cuidados de saúde primários e paliativos.
- ✓ O CDS-PP discorre longamente sobre o princípio da subsidiariedade, remetendo para as organizações do sector social um papel preponderante de primeira linha e de proximidade.
- ✓ Alguns partidos insistem bastante na importância de envolver a academia na investigação/ação.
- ✓ No que diz respeito à cooperação para o desenvolvimento, apenas o CDS-PP e o PS referem a importância e a necessidade de reforço do envolvimento das organizações não governamentais para o desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agenda 2030, malgrado a sua importância e transversalidade, não é diretamente abordada na maioria dos programas eleitorais de quem pretende governar Portugal, um país integrado no inexorável movimento de globalização.

Se fossemos convocados a colocar sob cada ODS todas as medidas que todos os partidos apresentam, poucas seriam as medidas sem enquadramento na Agenda 2030. Contudo, tal deve-se ao carácter tão abrangente e, nalguns casos, geral e abstrato dos ODS, albergando assim um vastíssimo espectro de medidas e não ao facto das medidas propostas irem ao encontro do prescrito na Agenda 2030.

É de notar, salvaguardando as prioridades bastante compreensíveis no contexto eleitoral de todos os Partidos (redução de impostos, crescimento da economia, aumento dos rendimentos, um serviço nacional de saúde funcional, etc.), a prioridade dada ao fortalecimento institucional. Todos defendem um Estado mais forte e mais eficaz, que garanta a igualdade entre pessoas e regiões, que crie condições para eliminar os focos de pobreza e para que todos acedam ao trabalho digno e salário justo. “O diabo está nos detalhes” e esses só se verão na implementação das medidas propostas.

De modo geral, os partidos cujos programas foram analisados, consideram a importância da Sociedade Civil para contribuir, com a sua atuação, para o desenvolvimento sustentável. Contudo, são poucos os que defendem abertamente o reforço da verdadeira democracia participativa ao envolver a Sociedade Civil na (co)definição das políticas sectoriais, na sua implementação, na sua monitorização e avaliação.

Não podemos, por fim, deixar de referir que, na generalidade, os programas eleitorais, ressaltando o seu carácter programático, tendo em conta que a Agenda 2030 é também ela um programa transversal, abrangente e integralmente subscrito por Portugal na Assembleia-geral de 2015 e desdobrado em tantos outros acordos (como o de Paris) que Portugal ativamente abraçou, seria de esperar referências mais diretas, “localizações” (adaptação dos objetivos globais aos locais) mais efetivas e compromissos mais concretos com a Agenda 2030 que é de todos e todas nós.

Promovido por



Financiado por



No âmbito do projeto

